

AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO CONTRA IMIGRANTES NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO XX

Luso-Brazilian relations and the linguistic bias against Portuguese immigrants at the end of the 19th and the beginning of the 20th century

Hosana dos Santos Silva¹

Resumo: Neste estudo², esperamos recuperar questões a propósito das relações luso-brasileiras, como as delineadas na passagem do século XIX ao XX. Mais especificamente, analisamos alguns aspectos sócio-históricos do antilusitanismo (ou lusofobia), em sua relação com as manifestações de intolerância e preconceito linguísticos contra imigrantes portugueses, muito presentes na sociedade brasileira oitocentista.

Com base nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, em diálogo com História e com a Sociologia da Linguagem, argumentamos que, para além dos propalados laços e afinidades entre Portugal e Brasil, no espaço político, social, cultural e econômico desta nova sociedade, os lusitanos foram incluídos como estrangeiros e discriminados por sua língua e costumes.

Palavras-chave: Imigrantes portugueses; preconceito linguístico; lusofobia

Abstract: In this study, we expect to bring to light issues related to the social ties between Brazilian and Portuguese people, at the end of the 19th and the beginning of the 20th century. More specifically, we discuss some identity issues, such as those that originated lusophobia, related to the intolerance and linguistic bias against Portuguese immigrants that were very common in the nineteenth-century Brazilian society.

This proposal follows the theoretical assumptions of Variationist Sociolinguistics, in dialogue with History and the Sociology of Language. We support the hypothesis that apart from the widely known ties and affinities between Brazilian and Portuguese people, in the political, social, cultural and economic aspects of the new society, the Portuguese immigrants were included as foreigners and were determined by their language and customs.

Key-words: Portuguese immigrants; linguistic bias; lusophobia

¹Mestre e Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP).

² Este artigo é parte de minha tese de doutorado, intitulada *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas*, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em abril de 2012. A pesquisa contou com o apoio da FAPESP. Alguns trechos do texto original permanecem inalterados.

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, discutimos alguns aspectos das relações ó instáveis e conflituosas ó entre brasileiros e imigrantes portugueses. Mais especificamente, esperamos recuperar questões a propósito do antilusitanismo, em sua relação com as manifestações de intolerância e preconceito linguísticos, muito presentes na sociedade brasileira oitocentista.

Para desenvolvimento do estudo, examinamos alguns textos publicados na imprensa de feição lusofóbica³, na passagem do século XIX ao XX, procurando depreender o modo como parte dos intelectuais brasileiros criaram e veicularam imagens negativas dos portugueses, caracterizando-os não somente como exploradores, desonestos, sujeitos, mas também como indivíduos ignorantes (TRICHES, 2007, 2009), usuários de uma língua ruim. Nesse sentido, propomos que no Brasil, a despeito do valor conferido à variedade europeia da língua portuguesa, os usos linguísticos da maioria dos imigrantes lusitanos sofreram depreciação, sobretudo porque esses falantes não dispunham de poder e autoridade nas relações de forças econômicas e sócio-culturais.

Quanto aos encaminhamentos teóricos e metodológicos, privilegiamos o trabalho interdisciplinar, promovendo o diálogo entre História, Sociolinguística Variacionista e Sociologia da Linguagem⁴. Assumimos, nesse sentido, o pressuposto de que a variação linguística não é aleatória, mas condicionada por fatores diversos ó sociais e linguísticos (WEINREICH, LABOV E HERZOG, 2006; LABOV, 1972). Ademais, sublinhamos a noção de que, em qualquer situação comunicativa, os usos linguísticos dos falantes são inerentes às condições sociais de sua realização (BOURDIEU, 1977, 2008). As variedades usadas por diferentes sujeitos recebem valores desiguais, dependendo da posição que os locutores ocupam na estrutura social (BOURDIEU, op. cit.). Dito de outra forma, as relações de comunicação estão sempre sujeitas às relações de força simbólica entre os falantes, isto é, os esquemas acionados para interpretação das mensagens se definem na ãinteração socialmente estruturadaö, de modo que o valor de um discurso depende sempre ãde quem fala e de como falaö (BOURDIEU, 2008).

³ Para desenvolvimento deste estudo, apresentamos, a título de exemplo, textos extraídos do jornal carioca ãO Jacobinoö, publicados no final do século XIX. Além disso, retomamos os exemplos apresentados por Oliveira e Kewitz (2002), extraídos do jornal ãO Correio Paulistanoö. Entretanto, acreditamos que essa manifestação preconceituosa contra os usos linguísticos de imigrantes portugueses estava disseminada por todo o país.

⁴ Conforme concebida por Bourdieu (1977, 1983, 1990, 1994, 2008)

2 RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS: CONFLITOS, PRECONCEITOS E HIERARQUIZAÇÕES

Já está sublinhado na historiografia da imigração que a constante presença portuguesa nas terras *de cá* é o fato mais importante para se compreender a peculiaridade das relações luso-brasileiras⁵. Os portugueses estão na América desde o tempo dos descobrimentos (séculos XV e XVI), assim, são os enlaçamentos históricos que melhor explicam a condição característica desse grupo de imigrantes no Brasil, sobretudo, no tocante aos privilégios políticos e jurídicos que, desde a emancipação política, consumada em 1822, cooperaram para fixá-los em uma espécie de limbo entre o nacional e o estrangeiro (MENDES, 2008, p. 9).

Note-se que, até a independência brasileira, os lusitanos não eram considerados estrangeiros, mas colonizadores, os quais muitas vezes agiam como se nunca tivessem saído de casa (OLIVEIRA, 2006; LOURENÇO, 2001). Com efeito, no período de colonização, os portugueses desempenharam papel hegemônico no Brasil, inteirando a maior parte das elites intelectuais, econômicas, políticas e mesmo provendo os quadros religiosos e militares, controlando o comércio e o artesanato (LOBO, 2001; BARBOSA; 2003). Nas palavras de Lourenço (2001, p. 45-46), esse empreendimento de caráter planetário chamado expansão, conquista, colonização de nenhum modo se confunde com a emigração propriamente dita (ocorrida no século XIX), em que as partidas e expatriações para as terras longínquas do novo continente representaram a procura de uma sorte melhor, assinalada pelo contínuo desejo de regresso ao lar.

Da perspectiva social, talvez essa observação seja exagerada, mas parece justa do ponto de vista político. Basta lembrar que a constituição de 1824 adotou o entendimento de que, até a data da independência, todos os homens livres no Brasil, com exceção dos estrangeiros residentes, eram portugueses, independentemente do lugar de seu nascimento; com a emancipação, tornaram-se cidadãos brasileiros (MENDES, 2008)⁶. Assim, a noção de imigrante luso, associada a indivíduo estrangeiro, sequer poderia ser aplicada àquele contexto sócio-político. Além disso, os estudos historiográficos evidenciam que nas décadas seguintes,

⁵ cf. Mendes (2008), entre outros.

⁶ Mendes (2008) chama a atenção para o fato de que essa constituição confundiu cidadania e nacionalidade, referindo-se indistintamente ao primeiro termo, num país em que grande parte da população era constituída por escravos e homens livres sem direitos políticos.

a condição dos portugueses no Brasil foi a de assimilados⁷, e as circunstâncias que determinavam a existência de um imperador português nesta nação garantiam, de certa forma, essa integração.

De qualquer modo, é preciso enfatizar que nesse lugar difuso, ocupado pelos portugueses, as medidas políticas e jurídicas de favorecimento coexistiram indivisamente com inúmeros conflitos e tensões (MENDES, 2008). Ao que parece, nesse período sob análise (passagem do século XIX ao XX), marcado, entre outros aspectos, pelo desmantelamento do sistema escravista e pelo início da República, as dissensões entre brasileiros e portugueses, notadamente as manifestações antilusitanistas, tornaram-se mais visíveis, em decorrência das mudanças e instabilidades ocorridas naquela sociedade.

Para um bom número de historiadores, o lusofobismo esteve vinculado, acima de tudo, à disputa no mercado de trabalho, às moradias, à predominância de portugueses no comércio, irremediavelmente responsabilizados pela carência e carestia de produtos. Todavia, estudos recentes⁸ vêm demonstrando que os imigrantes lusos se tornaram uma espécie de bode expiatório das elites políticas e econômicas, que procuraram canalizar a hostilidade popular contra esse grupo específico. Nessa direção, Gladys Ribeiro (1994) propõe que o sentimento antilusitano deve ser observado como parte de um jogo voltado ao controle social e, de modo sutil, ao controle do poder. Segundo a autora, as representações e imagens sobre o estrangeiro e, especialmente, sobre o português, passaram por uma questão de classe e de recriação dos preconceitos raciais e nacionais existentes naquela sociedade (op. cit., 1994, p. 631), manifestando-se não somente como exigências formuladas no âmbito social, mas também para atender as necessidades da nova ordem sócio-econômica, baseada no valor do trabalho e voltada à reconstrução da nacionalidade. Daí em um momento os lusitanos surgirem como morigerados trabalhadores e em outro como exploradores vorazes, que ameaçavam a sobrevivência dos brasileiros⁹ (RIBEIRO, 1994, p. 645).

Desse traçado, devemos reter, especialmente, a ideia de que, ao se estabelecerem no Brasil, os imigrantes portugueses tiveram de lidar com múltiplos problemas e disputas, associados a questões não somente identitárias, mas também econômicas, culturais e políticas.

⁷ cf. Silva (1992).

⁸ Tomamos como referência, especialmente, o estudo de Ribeiro (1994).

⁹ É preciso observar que a maior parte dos estrangeiros residentes no Brasil não enriqueceram e/ou ascenderam socialmente (cf. Ribeiro, 1987; Fausto, 1991, entre outros). Ademais, no que toca ao espaço do imigrante, sempre marcado por múltiplas disputas, nem todos eram trabalhadores irrepreensíveis; nem todos atuavam em consonância com a ideologia do trabalho (cf. Ribeiro, 1994).

Desse modo, apesar da experiência de imigração ser sempre amenizada pela história comum, esses sujeitos tiveram de enfrentar o problema da integração social¹⁰.

3 QUESTÕES DE LÍNGUA

Quanto às questões propriamente linguísticas, consideramos, inicialmente, o fato de que o ideário de um Brasil independente envolveu a busca por uma língua autônoma, livre da dominação portuguesa, o que desencadeou um conflituoso discurso acerca das diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal. Em uma ponta do debate, alguns letrados defenderam o português brasileiro; outros tantos se posicionaram a favor da vigência das normas gramaticais lusitanas (PINTO, 1978). No plano prático, ao mesmo tempo em que se cultivou, de algum modo, a reverência aos padrões portugueses, empreenderam-se discursos em defesa de usos linguísticos próprios do Brasil e, ainda mais, desenvolveu-se uma literatura brasileira incorporadora de uma variedade linguística distinta do português europeu moderno. Essa contradição, já debatida por historiadores e linguistas, se explica pelas estruturas de relações sócio-culturais, políticas e econômicas que organizaram a heterogênea nação brasileira.

Conforme explicitam os estudos historiográficos, parte dos intelectuais e líderes políticos, no contexto de transformação da sociedade escravista, acreditava que a grande quantidade de negros e mestiços entre a população situaria o Brasil numa condição de inferioridade em relação aos demais países da América¹¹. Diante dessas e de outras questões, intensificaram-se os discursos racistas, que defendiam, entre outras causas, o abranquecimento do povo brasileiro, pela entrada de imigrantes europeus. Ora, nesse ambiente social conflituoso, de fortalecimento das teorias raciais, o desprezo à cultura e à língua de negros e indígenas se apresentou como consequência direta das práticas políticas e ideológicas das classes dominantes (PAGOTTO, 1998; LIMA, 2003). Na mesma esteira, a cultivação da herança portuguesa foi a solução encontrada por essas elites para garantir ao Brasil alguma cultura de civilização (op. cit.).

Essa valorização da língua portuguesa europeia certamente não conferiu valor social aos usos linguísticos de imigrantes portugueses, de modo geral. Ao contrário, a estrutura social brasileira favoreceu e sustentou a intolerância e o preconceito linguísticos contra esses

¹⁰Sobre o problema da integração de imigrantes, ver Sayad (1998, p.236 em diante).

¹¹ cf. Schwarcz (2001, 2008).

sujeitos, previamente classificados como trabalhadores, pobres, não escolarizados, ignorantes etc.

É importante notar que o julgamento depreciativo das formas linguísticas empregadas por imigrantes foi uma prática comum na sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX. O chamado português ruim e errado de imigrantes italianos, espanhóis, entre outros foi alvo de constante zombaria. Nesse sentido, podemos citar o denominado português macarrônico, repetidamente recriado, em tom paródico, para marcar as diferenças no modo de dizer de imigrantes italianos¹².

Quanto aos falantes de línguas mais distantes do português, a manifestação de preconceito extrapolou os limites da paródia. Imigrantes japoneses, alemães, chineses etc. foram muitas vezes observados como indivíduos desagregadores, promotores da heterogeneidade linguística (por causa de sua língua originária) e corruptores (pelo mau uso) da língua nacional (BUENO, 2006).

Nesse contexto de evidente intolerância, há lugar para disposições políticas, como a de Silvio Romero (1906), em *Allemanismo no Sul do Brasil*, que, tomando a língua como elemento central, propõe que os alemães, pelo apego aos valores germânicos, não se deixavam assimilar pela sociedade brasileira. Em seu discurso de crítica à suposta condescendência do governo, que autorizava e favorecia a constituição de colônias homogêneas, Romero procura evidenciar que esses imigrantes cultivavam o projeto de tornar a região Sul independente do Brasil. Para o autor, a própria história dos alemães o que assumiam em seu discurso (de Romero) o estereótipo dos bárbaros que destruíram Roma o confirmava sua má intenção. Ademais, a preservação dos hábitos linguísticos demonstrava, segundo o autor, o caráter de um povo conquistador e ambicioso¹³.

Ora, o que fica em jogo, nessa construção, não é a competência propriamente linguística dos imigrantes, mas o conjunto de propriedades constitutivas de sua capacidade socialmente reconhecida, que diz respeito ao lugar que ele ocupa na estrutura das relações sociais¹⁴.

4 O FRONTISPÍCIO PORTUGUÊS NAS PÁGINAS DA IMPRENSA ANTILUSITANA

¹² Sobre a língua misturada dos imigrantes italianos, ver os estudos de Orlandi (1996) e Marques (2004), bem como referências citadas.

¹³ Bueno (2006) apresenta uma interessante análise deste texto de Silvio Romero.

¹⁴ Nos termos de Bourdieu (1990, 1993, 2008).

As manifestações de preconceito contra os imigrantes contaram, em diversos momentos, com o apoio da imprensa brasileira. Com efeito, os periódicos caracterizados pela disposição antilusitana, tais como o jornal carioca *o Jacobino*¹⁵ (dirigido por Deocleniano Martyr), aqui tomado como exemplo, facilitaram (ou reforçaram) a construção do estereótipo desse grupo específico (TRICHES, 2009), não somente pelo aviltamento de sua cultura e costumes, mas também pela depreciação de seus usos linguísticos. Analisando algumas edições publicadas entre 1895 e 1896, encontramos uma grande quantidade de piadas, charges, notícias e artigos voltados à caracterização do imigrante português como explorador, desonesto, sujo e também como portador de uma língua ruim, *õatamancadaõ* (TRICHES, 2009).

Na edição de nº 41 (12/12/1895), por exemplo, surge na primeira página desse jornal uma coluna intitulada *õPerfis Portuguezesõ*, na qual os editores adjetivam e tipificam esses sujeitos:

Começamos hoje, conforme promettemos, á estampar em nossas columnas os *õfrontespiciosõ* de diversos *õprofissionaisõ* da excrementalissima luza-raça do reino do munjolo. Em cada uma dessas boças e acavalladas caras, encontrará facilmente o leitor a designação exacta da respectiva profissão que elles exercem em nossa tão explorada Patria... Olhem este... o que se parece? Advinhem lá... Não descobriram ainda? Pois é o perfeito typo de um [...] (*O Jacobino*, 12/12/1895).

Sucedo ao texto uma figura que, deformada pelo traçado exagerado e pela expressão ridícula, é apresentada como um *õbelchiorõ*. Na mesma edição, submetem-se, ainda, mais dois tipos: *õo pasteleiroõ* e o *õo taverneiroõ*.

Segundo os editores do jornal, essa exposição verbal e figurada assegurava a faina de *õpor meio do ridículo e do descréditoõ* fazer *õessa galegada infame e desmoralizadoraõ* tomar vergonha e *õdeixar de intrometer-se nos negócios do Brasilõ* (*O Jacobino*, 19/10/1895). Ora, em cada descrição jocosa e em cada expressão caricaturesca, os jacobinos seguiam compondo um único quadro, em que esses sujeitos tipificados se apresentavam como um *õmalõ* à nação brasileira¹⁶.

¹⁵ Apresentado enquanto grupo social e político, os jacobinos se reconheciam como republicanos puros e históricos, imbuídos do dever de proteger a República das parcelas inimigas (Simas, 1994). Socialmente declarados antilusitanistas, abominavam o império e condenavam a colonização e a presença portuguesa nos assuntos políticos, econômicos e sociais brasileiros (cf. Oliveira, 1990; Triches, 2009).

¹⁶ Além desse discurso voltado à ridicularização dos portugueses, os jacobinos dirigiam-se diretamente a qualquer um que se mostrasse favorável aos lusitanos. Ainda na edição de 12/10/1895, sob o título *õIsto é um desaforoõ*, lê-se a seguinte reprimenda: *õPois não é que a velhacaria morasmenta do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro nomeou seu sócio honorário o gallegão thomaz antonio ribeiro [...]. Ora, o gallego membro do Instituto! Que desaforo! Qual! Isso só a chicote!õ*.

Os números seguintes desfilaram outros perfis: ão agiotaõ, ão barbeiroõ, ão soldado da guarda nocturnaõ, ão leiloeiroõ, ão carroceiroõ, ão padreõ, ão açougueiroõ, ão carregadorõ, ão litteratoõ, ão senhorioõ, ão zangãõ, etc. Nessa esteira, a edição de 30/11/1895, submete a seguinte caricatura:

Hoje, para variar, apresentamos aos nossos leitores um dos mais exactos specimens da acavallada e suina raça.

Este frontespício representa o gallego taverneiro que, do alto de seus tamancos, de suspensórios, em mangas de camisa, sem meias, com o indispensável par de óculos e a estufada barriga, chama um vendedor de jornaes e lá no fundo da taverna (para que ninguém o veja) delicia-se (para não dizer ao contrario) na leitura do õmalbado e xafadu õJacuvinoõ.

É tal qual, caros leitores pena é que não possamos estar atraz de uma porta, para ver e ouvir o que de pragas e de descomposturas elles nos passam quando lêem o nosso positivo jornal[...].

E são esses excrementaes immigrantes, que se dizem nossos õirmãos dæalem marõ e pretendem imiscuir-se em o nosso meio político e social!

Felizmente, nós damos a elles o seu real merecimento.

Ora, tinha graça, nós irmãos de gallegos! (*O Jacobino*, 30/11/1895).

Emerge com a figura grotesca, apresentada nesses textos, a representação de uma língua incorreta, marcada, essencialmente, pela troca do *v* pelo *b* e pelo uso do *s* chiante ó traços dialetais próprios da região norte de Portugal¹⁷. Esse desprezo à língua desses falantes fica mais nitidamente indicado nas múltiplas piadas insistentemente publicadas nesses periódicos¹⁸:

Um Brasileiro perguntou a um gallego:

ó Oh! barbalho, tu onde querias ser distinguido? Entre os burros ou entre os homens?

ó Entre os vurrus! Istá vem bistu! Disse o azno.

ó Mas por que? Retorquiu o Brasileiro.

ó Ospois, antã nõ xavi qui eu entre us vurrus xou xempri portugueis i entre us homis na xou naida? (*O Jacobino*, 11/07/1896, grifos nossos)

Lição de portuguez a um gallego:

Professor: O verbo transitivo é aquelle que pede depois de si um complemento directo, como: amo a meu pae, amo a minha mãe e amo à Gloria.

O verbo intransitivo é aquelle que não pede complemento algum depois de si, como: Pedro dorme, etc., etc.

Gallego ó já xei, já xei: u bervu tranjitivo aima a Gloria, u Voita-foigu, u Catumvy, u Pidrigulhu e a Laipa, i u bervu intranjitibu ñã aima coija ninhuima purqui istá a durmiri! (*O Jacobino*, 18/07/1896).

Certamente, esse processo discriminatório não se restringe a ãO *Jacobinoõ* ou à imprensa carioca. Um bom exemplo de que o antilusitanismo não tomou feição regional pode ser encontrado no jornal ãO *Correio Paulistanoõ*, de 22/09/1865. Trata-se de uma carta, já

¹⁷ cf. Cintra (1971), entre outros.

¹⁸ Nesse periódico, o nome Portugal, bem como os nomes próprios portugueses aparecem sempre grafados em letras minúsculas, de modo a marcar a suposta inferioridade do povo e das coisas portuguesas.

apresentada no estudo de Oliveira e Kewitz (2002), na qual sobressaem esses mesmos aspectos fônicos tão satirizados na imprensa lusofóbica carioca:

Recebi a bossa carrrta datada de hontem, e bourexponder tudo não exqueceu-me debauxe antex bauxe é quem exqueceuxe de nós; podex mandar o piqueno que eu aperto com helle afim de aprender vem, já estão respondidox doux períudo da boxa carta faltão doux; [...] (*O Correio Paulistano*, 22/09//1865. In: Oliveira e Kewitz, 2002, p. 150).

Segundo as autoras, é possível que essa carta seja meramente caricatural, o que a colocaria entre as representações debochadas da língua desses sujeitos, na mesma linha das charges e piadas apresentadas no jornal *O Jacobino*.

Temos, portanto, que, embora o brasileiro seja capaz de compreender perfeitamente (ou quase) a língua do outro, algumas características dessa língua, sobretudo as variações lexicais e de pronúncia, são muitas vezes tomadas como objetos de correção e mesmo de zombaria. Nesse contexto, as diferenças linguísticas entre os interlocutores funcionam como elementos de sustentação das disposições desiguais entre os sujeitos¹⁹.

5 ASPECTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DOS PRECONCEITOS

Já observamos que, no final do século XIX, os intelectuais brasileiros se debateram em torno da (re) construção (ou afirmação) da nacionalidade e, nessa direção, entabularam discussões acerca da língua do Brasil, muitas vezes considerada inferior ao português europeu moderno. Todavia, independentemente desse processo de preconização da herança portuguesa, a maioria dos falantes oriundos de Portugal sofreu com o preconceito linguístico.

Ora, esse preconceito não ocorreu dissociado de outras formas de discriminação social, antes, marcou-se pelo vínculo entre os diferentes valores atribuídos às variedades da língua portuguesa em uso no Brasil e o lugar ocupado pelos grupos sociais que usavam a língua²⁰. Dito de outro modo, ainda que os usos linguísticos considerados incorretos se apresentem como alvos de preconceito entre os intelectuais brasileiros, a variação de pronúncia ou mesmo a mistura linguística no discurso de um estrangeiro letrado, falante do inglês, francês ou alemão, por exemplo, pode ser tomada, pelos mesmos intelectuais

¹⁹Segundo Bourdieu (1983, p. 12), propriedades como a pronúncia podem oferecer melhores índices do que a sintaxe para a localização da classe social dos locutores.

²⁰Note-se que, conforme notou Bourdieu (2008), a preservação do sotaque e/ou à mistura linguística podem ser atribuídos valores positivos, desde que os ouvintes avaliem as diferenças linguísticas como marcas de prestígio, associadas às características superiores de um determinado grupo sócio-cultural.

brasileiros, como indicativos de uma cultura superior. Serve-nos de exemplo o fato de que, no final dos oitocentos (e mais adiante), vários letrados publicaram seus textos em outras línguas, com o fim não somente de demonstrar conhecimento, mas de inserir o Brasil (ou o brasileiro) no quadro das nações civilizadas. Nesse sentido, é bastante ilustrativo o caso de Tobias Barreto que, em uma *ôcidadezinha perdida no interior do Brasilô*, fazia publicações em alemão, *ôjornal* que certamente não encontraria leitoresô (COSTA, 1999, p. 263). Em contrapartida, em uma situação discursiva distinta, essa mesma língua (o alemão) surgia em meio a zombarias e sanções. Nesse caso, é ilustrativo o relato da imigrante alemã, Anne Maria Auguste Hoffmann, radicada no Brasil em 1922:

Eu ia na rua tentar me comunicar com as crianças, voltava chorando, porque me... tinha uns vizinhos que eram ingleses e eu me entendia com as crianças, porque tem um dialeto em Hamburgo, uma linguagem popular, que é bastante parecido com o inglês. Eu me entendia com os ingleses, mas a mãe dos ingleses não queria que as crianças brincassem com uma alemã, então a gente se encontrava no fundo do quintal, escondido da mãe, da inglesa. Mas, português muito mais tarde. Português eu fui aprender quando tinha 14 anos, me revolttei do colégio das freiras e fui fazer exame de admissão na Escola de Comércio José Bonifácio. E tinha um professor que me examinou em francês, matemática, geografia, essas coisas... depois o exame eliminatório era no fim, era português. Aí o professor me deu uma cola, no mataborrão naquele tempo dava para fazer cola. Eu fui agradecer na rua, ele disse: -Não lê. Deixe que eu me arrependa, que eu vou ser seu professor de português. Ai eu estudei, estudei no duro, aí no fim do ano era a primeira da classe. Passei cola para um brasileiro que sentava atrás de mim, que remendava o meu sotaque. Nunca mais ele me remendou, né? (HOFFMANN, Anne Maria Auguste Josephine. São Paulo, Memorial do Imigrante, Setor de História Oral, apud Bueno, 2006).

Podemos concluir, com base nesse quadro sócio-histórico e político, que, na sociedade brasileira da passagem do século XIX ao XX, os critérios de avaliação e o valor da língua fluíam de acordo com a posição do interlocutor na relação de forças simbólicas²¹. Quanto mais elevado o lugar ocupado pelo falante na sociedade, maior o peso de sua linguagem. Efetivamente, o mesmo valia para os portugueses, os quais, dependendo da situação, eram observados simplesmente como *ôestrangeirosô* usuários de uma língua melhor ou mais civilizada, ou diferente, ou engraçada, ou ridícula, a depender do critério subjetivo usado pelo interlocutor para julgar o discurso do outro²².

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

²¹ Nos termos de Bourdieu (1977, 2008)

²² Bourdieu (2008) acrescenta, ainda, que *ôA avaliação prática da relação de força simbólica determinante dos critérios de avaliação vigentes no mercado em questão somente leva em conta as propriedades propriamente linguísticas do discurso na medida em que elas anunciam a autoridade e a competência sociais daqueles que a pronunciamô*.

Não se pode negar que a constante presença portuguesa no Brasil, bem como a similaridade de língua, religião e cultura facilitaram não somente o assentamento, mas a aculturação desses imigrantes nas terras brasileiras. Isso não indica, entretanto, que houve instantânea integração sócio-cultural e política desses sujeitos nessa sociedade.

Assim como ocorria com os demais grupos imigrados, a maioria dos portugueses era pobre; as possibilidades de ascensão social eram quase inexistentes; a estrutura da sociedade brasileira e a própria mentalidade das elites econômicas facilitavam a exploração (RIBEIRO, 1990; FAUSTO, 1991). Conforme propõe Martins (2002, p. 167), a ideia de que o imigrante obteve sucesso e ascensão social no Brasil mascara essa outra realidade de indivíduos que permaneceram por mais de meio século na condição subalterna de colono pobre.

Afora os embaraços relacionados à pobreza e às péssimas condições de trabalho, esses sujeitos vivenciaram diversas formas de exclusão:

O preconceito permeou o debate pragmático sobre a promoção de etnias desejáveis e rejeição das indesejáveis, incorporou diferenciações regionais preferindo entre os italianos os ômansos vênetsô, distinguindo entre libaneses finos e sírios boçais, etc. [...] Em um plano menos visível, lembro o preconceito que permeia as relações sociais cotidianas, a partir de pequenos gestos, palavras e atitudes cujo revelador mais óbvio são as figuras estereotipadas do ôturco embrulhão, do ôjudeu da prestação, do ôespanhol encrenqueiro, do ôlituano bicho d'água, etc. (Fausto, 1991, p. 51).

No caso específico dos imigrantes lusos, o problema da interação social passou, ainda, por relações históricas que enraizaram ressentimentos, desconfiança e discriminação²³. Nesse complexo quadro sócio-histórico e político, o ômodo de falar dos lusitanos, em que pese o valor conferido à variedade europeia da língua portuguesa, funcionaram como marca de origem regional e social e, desse modo, foram articulados na construção de uma imagem depreciativa e classificatória sobre esses sujeitos.

FONTES PRIMÁRIAS

O JACOBINO. Rio de Janeiro: Deocleciano Martyr, 12 dez. 1895.

O JACOBINO. Rio de Janeiro: Deocleciano Martyr, 30 nov 1895.

O JACOBINO. Rio de Janeiro: Deocleciano Martyr, 19 out. 1895.

²³ cf. Lourenço (1999)

O JACOBINO. Rio de Janeiro: Deocleciano Martyr, 12 out. 1895.

O JACOBINO. Rio de Janeiro: Deocleciano Martyr, 11 jul. 1896.

O JACOBINO. Rio de Janeiro: Deocleciano Martyr, 18 jul. 1896.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, R. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. *Revista Arquipélago-História*. 2a. serie. Volume II, 2003, p. 173-196.

BOURDIEU, P. *O mercado linguístico*. Conferência feita na universidade de Genebra em dezembro de 1978.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. In: Pierre Bourdieu. Ortiz, Renato, org. São Paulo, Ática, 1983.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *Meditações Pascalinas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000 [1997].

_____. Las formas del capital. Capital econômico, capital cultural y capital social. In Bourdieu, P. *Poder, derecho y clases sociales*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer. 2000.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'ÁGUA, p. 39-72, 2003.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *O poder simbólico*. 12ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. *O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BUENO, Alexandre M. *Intolerância linguística e imigração*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo/ FFLCH, 2006.

CANOVAS, M. D. K. *Imigrantes Espanhóis na Paulicéia: Trabalho e Sociabilidade Urbana ó 1890/1922*. 2007. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CINTRA, Lindley. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. In *Boletim de Filologia*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971, pp. 81-116.

COSTA, E. V. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999

FAUSTO, B. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991.

FELDMAN-BIANCO, B. Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v.9, n.1, 35-49, 1992.

FREITAS, S. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

GOMES, A. N. *Sob o signo da ambiguidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

KLEIN, H. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos da População*. São Paulo, v.6, n.2, 17-37, 1989.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LIMA, I. S. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 334-356.

_____. Língua nacional, histórias de um velho surrão In: LIMA, I. S.; CARMO, L. C. (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 215-46

LOBO, E. M. L. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARQUES, F. C. A. *O imigrante italiano em Juó Bananére e Antônio de Alcântara Machado: assimilação e (dês) enraizamento social*. 2004. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

MENDES, J. A. S. R. *Laços de Sangue - privilégios e intolerância à imigração Portuguesa no Brasil (1822/1945)*. 2008. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. Campinas: Pontes, 1992.

_____. O Teatro da Identidade ó A Parodia como Traco da Mistura Linguística (Italiano/Portugues)ö. _____. In: *Interpretação, Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis. RJ: Vozes, pp. 114-131, 1996.

OLIVEIRA, C. M. S. *A (re)construção da identidade portuguesa na imprensa imigrantista do Rio de Janeiro: a História de Portugal na revista Lusitania*, 2008. Mimeografado.

OLIVEIRA, M. *Formação do Português Paulista: imigração*, 2007. Mimeografado.

OLIVEIRA, M.; KEWITZ, V. A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX. In: DUARTE, M. E. L. & CALLOU, D. (org.) *Para História do Português Brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro:FAPERJ/UFRJ, 2002.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos* 2. São Paulo: Pontes, 1998.

PINTO, E. P. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1820/1920*. Fontes para a teoria e a história XV-LVIII. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

RIBEIRO, G. S. "*Cabras*" e "*Pés-de-Chumboö*": os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). 1987. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

_____. Por que você veio encher o pandulho aqui?' Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República. *Análise Social*, Vol. XXIX (3º), 1994 (nº 127), pp. 631-654

ROMERO, Silvio. O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar. *Provocações e Debates*. Rio de Janeiro, Tipografia Heitor Ribeiro, 1906.

ROWLAND, R. Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses. *Etnográfica*, vol. 1, pp. 157-172, 1989.

SANTOS, C. J. F. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza - 1890-1915*. São Paulo: Anablume/ Fapesp, 2003.

SANTOS SILVA, H. *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas*. 2012. Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERPA, E. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p.81-114, 2000

SIMAS, L. A. *O Evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da Republica Brasileira*. 1994. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, M. B. N. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.

SILVA, M. M. R. S. *Ambição e horror à farda ou a saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a Gazeta Lusitana (1883/1889)*. 1991. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRICHES, R. P. A Labareda da Discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca. *Revista Achegas.net*, n 36, julho/agosto, 2007. disponível em <http://www.achegas.net/anteriores.html>. Acesso em 12/10/2009.

_____. A sombra das bananeiras desta república: as construções da imagem do português pela imprensa Carioca. *Revista Litteris*, nº 2, maio 2009.

VIEIRA, N. H. *Brasil e Portugal - a imagem recíprova (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

WEINREICH, U; LABOV, W. & HERZOG, M. I. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Recebido em 10 de julho de 2012

Aceito em 23 de novembro de 2012